

L E I n° 2.971/2009

Data : 23 de outubro de 2009.
Súmula : Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirantes para o exercício financeiro de 2010.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirantes, referente ao exercício financeiro de 2010 em R\$-43.449.560,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), constituindo-se orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo Executivo e Serviço Autônomo de água e Esgoto do Município de Bandeirantes.

Art. 2º - A receita do orçamento fiscal decorrerá do somatório da arrecadação de receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes do anexo I, parte integrante desta lei.

A receita municipal desdobra-se nas seguintes categorias econômicas e fontes:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1.RECEITAS CORRENTES

-Receita Tributária.....	R\$- 4.813.415,00
-Receita de Contribuições.....	R\$- 875.448,00
-Receita Patrimonial.....	R\$- 489.195,00
-Receita Agropecuária.....	R\$- 0,00
-Receita Industrial.....	R\$- 2.100,00
-Receita de Serviços.....	R\$- 130.200,00
-Transferências Correntes.....	R\$-28.208.093,00
-Outras Receitas Correntes.....	R\$- 1.367.209,00
TOTAL.....	R\$-35.885.660,00

1.2.RECEITAS DE CAPITAL

-Operações de Crédito.....	R\$- 3.361.500,00
-Alienações de Bens.....	R\$- 70.000,00
-Transferências de Capital.....	R\$- 247.400,00
T O T A L.....	R\$- 3.678.900,00

Total da Receita do Orçamento Fiscal do Executivo Municipal.....R\$- 39.564.560,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, parte integrante desta lei, apresentando sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

I - Poder Legislativo	
01.00 - Câmara Municipal.....	R\$- 1.210.000,00
II -Poder Executivo	
02.00 - Poder Executivo	
02.01 - Executivo Municipal.....	R\$- 575.000,00
03.00 - Secretaria de Administração.....	R\$- 7.259.948,00
04.00 - Secretaria da Fazenda.....	R\$- 1.574.254,45
05.00 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.....	R\$- 6.768.000,00
06.00 - Secretaria de Educação e Cultura.....	R\$-11.837.500,00
07.00 - Secretaria de Saúde.....	R\$- 6.507.797,55
08.00 - Secretaria de Agricultura.....	R\$- 1.050.000,00
09.00 - Secretaria de Desenv. Urbano e Habitação.....	R\$- 368.000,00
10.00 - Secretaria de Ind. Com. e Turismo.....	R\$- 613.000,00
11.00 - Secretaria de Ação Social.....	R\$- 1.390.000,00
12.00 - Secretaria do Meio Ambiente.....	R\$- 188.000,00
13.00 - Secretaria de Planejamento.....	R\$- 150.000,00
99.99 - Reserva de Contingência.....	R\$- 73.060,00
Total da Despesa com Recurso do Tesouro.....	R\$ 39.564.560,00

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

A Receita do Serviço Autônomo de Água e Esgoto desdobra-se nas seguintes categorias econômicas e fontes:

1. RECEITAS CORRENTES	
1.1. Receita Patrimonial.....	R\$ 3.000,00
1.2. Receitas de Serviços.....	R\$ 3.450.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes.....	R\$ 430.000,00
TOTAL.....	R\$ 3.883.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	
2.1 Alienação de Bens.....	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 2.000,00
Total da receita do Serviço Autônomo de Água e Esgoto.....	
	R\$ 3.885.000,00
1. DESPESAS CORRENTES	
1.1 Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 1.455.000,00
1.2 Outras Despesas Correntes.....	R\$ 2.021.000,00
TOTAL.....	R\$ 3.476.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL	
2.1 Investimentos.....	R\$ 350.000,00
2.2 Inversões Financeiras.....	R\$ 50.000,00
TOTAL.....	R\$ 400.000,00

3. RESERVA DE CONTINGENCIA

Reserva de Contingência.....;..... R\$ 9.000,00

Total das despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto.. R\$ 3.885.000,00

Art. 4º - Os Órgãos da Administração indireta instituídos pelo município que recebem transferências à conta desta lei, terão orçamentos próprios elaborados e aprovados na forma da legislação em vigor.

Art. 5º - Os orçamentos próprios da administração indireta, poderão ser suplementados por decreto do Poder Executivo, nos termos previsto no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do total geral da despesa fixada, nos termos previstos no artigo 7º, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, e artigo nº 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.957/2009, 03/07/2009.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a remanejar as dotações referentes a recursos transferidos vinculados e de operações de crédito, de uma para outra unidade orçamentária nos termos previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - Os remanejamentos de dotações de que trata o "caput" deste artigo não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 6º desta lei.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a remanejar, nas respectivas categorias econômicas, as despesas de custeio, exceto pessoal civil e seus respectivos encargos, e as despesas de investimentos em cada órgão orçamentário, nos termos previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - Os remanejamentos de que trata o "caput" deste artigo, não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 6º desta lei.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à suplementação pelo excesso de arrecadação efetivo ou tendência do exercício sobre a previsão orçamentária original, das dotações que correspondem à aplicação das respectivas receitas transferidas vinculadas e de operações de crédito, nos termos do inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - As suplementações de que trata o "caput" deste artigo, não serão computados para efeito do limite no artigo 6º desta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à redistribuição das dotações de pessoal e seus respectivos encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964, combinado com o disposto no Parágrafo Único, do artigo 66, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - As redistribuições de dotações de que trata o "caput" deste artigo, não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 6º desta lei.

Art. 11 - No decorrer da execução orçamentária para o exercício financeiro de 2010, o Município de Bandeirantes, fica autorizado a contratar operações de crédito por antecipação de receita, conforme o inciso II, do artigo 7º, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, nos limites e termos fixados pela legislação pertinente.

Art. 12 - Em cumprimento ao disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar n.º 101/2000, fica considerada como despesa de caráter irrelevante, aquela cujo montante seja de até R\$-33.000,00 (trinta e três mil reais) no ano.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.969/2009, de 24/09/2009, publicada na Folha do Norte, Edição 86, datado de 29/09/2009.

Edifício da Prefeitura Municipal de
Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2009.

CELSO BENEDITO DA SILVA
Prefeito Municipal